



Solidariedade com a Madeira ante a «saga da perseguição» de Sócrates

- Outras actividades na quadra festiva

O Presidente do nosso Partido, embora tivesse gozado alguns dias de descanso na quadra festiva que passou, não deixou de ter diversas intervenções de carácter político até mesmo ao fim do ano, que passou na Madeira.

[Pág. 3]

[Pág. 8]



O legado de Francisco Sá Carneiro



Vinte e sete anos volvidos sobre o trágico desaparecimento de Francisco Sá Carneiro, nunca a sua mensagem foi tão actual. ...”

O país precisa tanto de mudança como de moderação”dizia Sá Carneiro nos idos anos de 80. E como esta verdade é tão tocante (e evidente) nos tempos que correm...

Mas o que nos deve fazer reflectir esta efeméride é sobretudo o acervo singular de valores e princípios que presidiram sempre à sua acção política.

Concretamente ...” a sua inalienável fidelidade aos valores da liberdade, da democracia e da justiça”. O seu humanismo personalista. A sua visão estratégica para o país. A sua indomável determinação em defender em todos os azimutes aquilo em que genuinamente acreditava. Em ditadura como em democracia. Quantas vezes arrostando com incompreensões, deslealdades quando não mesmo traições. Mas sem nunca vacilar nem titubear nas suas convicções. Francisco Sá Carneiro era um líder nato. Um homem de carácter. Uma lição de vida.

É este o seu legado perene e imutável.

Obrigado, Francisco Sá Carneiro!

- **Jorge Neto, Director do PL**

Solidariedade com a Madeira ante a «saga da perseguição» de Sócrates



• Outras actividades na quadra festiva

O Presidente do nosso Partido, embora tivesse gozado alguns dias de descanso na quadra festiva que passou, não deixou de ter diversas intervenções de carácter político até mesmo ao fim do ano, que passou na Madeira.

Na encantadora ilha atlântica, onde a noite de São Silvestre tem um esplendor próprio – todo o Mundo viu nas grandes emissoras de TV o fogo de artifício esplendoroso – e o turismo contribui decisivamente para o progresso e o rendimento, Luís Filipe Menezes, no dia 29, manifestou claramente a sua solidariedade para com o Governo da

Madeira, contra os cortes orçamentais do Executivo nacional, condenando a "saga de perseguição" de José Sócrates à região.

Num encontro com jornalistas, Luís Filipe Menezes expressou a sua solidariedade ao Governo Regional em relação "àquilo que tem sido o tratamento discricionário, injustíssimo e persecutório do Governo da República em relação à Região no que diz respeito a transferências orçamentais e a opções de investimento".

Menezes realçou que "só nos últimos tempos, no que diz respeito à comparação entre a Madeira e os Açores, esse tratamento prejudica a Madeira em mais de 200 milhões de euros".

"Parece que o engenheiro Sócrates não digeriu a derrota humilhante que teve há meses atrás e que quer continuar esta saga de perseguição à Região, que é absolutamente lamentável e tem que ter o nosso mais veemente protesto", disse.

Referiu também que o PSD vai continuar a "apelar ao Presidente da República" para que sejam normalizadas as relações institucionais entre a Região e o Governo da República.

Luís Filipe Menezes salientou que o Presidente da República tem chamado a atenção e tem procurado "um apaziguamento e uma aproximação" na "querela política grave" entre a Madeira e o governo da República que, em sua opinião, "não foi causada pela Região".

O líder nacional do PSD salientou que a sua relação com o presidente do PSD-M, Alberto João Jardim, "está pacificada há 30 anos".

Considerou que o PSD-M "é sempre, normalmente, de uma solidariedade institucional férrea em relação ao líder nacional eleito".

"É aquilo que tem acontecido, há dois meses, desde que fui eleito, em relação ao PSD-M e em relação ao dr. Alberto João Jardim com quem, quase semanalmente, converso", afirmou.

Defendeu ainda uma outra visão quanto à questão do endividamento zero para as regiões autónomas "quando existem projectos de desenvolvimento que são defensáveis e quando se afere periodicamente resultados que têm a ver com investimento feito no sentido certo".

Sobre o ano político de 2008, Luís Filipe Menezes disse que o programa do PSD "não está parado, foi aberto", mas que "a sua revisão não é manifestamente uma urgência".

Luís Filipe Menezes afirmou ainda, numa entrevista publicada pelo matutino Jornal da Madeira, no dia da sua chegada ao Funchal, que "todo o PSD" irá "cerrar fileiras com o PSD/Madeira" e voltou a considerar "lamentável" a atitude do Governo da República em relação a esta região.

Em 2008, o presidente do PSD declarou que "vai continuar a trabalhar, irrepreensivelmente com o presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim".

"Vamos cerrar fileiras com o PSD/Madeira, na defesa do movimento reformista de aprofundamento da autonomia e, no curto prazo, combatendo contra o inadmissível garrote orçamental que estão a procurar impor à região", diz Luís Filipe adiantando que "a atitude do Governo da República em relação à Madeira é lamentável, mas na esteira do seu imenso apetite de poder absoluto".

Considera que o "retrato que o engenheiro Sócrates faz do País é de um ficcionismo perigoso".

Sobre o PSD, Luís Filipe Menezes destaca que "as eleições directas já passaram e hoje o partido está unido e o PSD regional da Madeira sempre foi um exemplo de solidariedade institucional".

Instado a pronunciar-se sobre a anunciada sucessão de Jardim no PSD/M, o líder nacional sustenta que "o partido na Madeira saberá, sob a liderança de Alberto João Jardim, encontrar o momento e o enquadramento ideal para uma transição".

"Alguém com a experiência e o curriculum de Alberto João Jardim poderá ser sempre, de acordo com a sua vontade, útil à região, e ao País. No seio do PSD será sempre uma mais valia", opina.

Sobre os primeiros dois meses do seu mandato, Luís Filipe Menezes realça que o "PSD conseguiu voltar a liderar o debate político, obrigando o Governo e o PS a reagir defensivamente"

O "caso" dos maiores bancos portugueses

Este encontro com a informação deu-se no Funchal, após uma reunião que manteve com Alberto João Jardim na Quinta Vigia, sede da presidência do Governo Regional da Madeira.

Luís Filipe Menezes desafiou o Governo a deixar de fora da votação para a administração do BCP a Caixa Geral dos Depósitos (CGD) e todas as empresas participadas pelo Estado.

"O Governo e o PS têm dito que não fazem pressões nem interferem na vida de um banco privado, então desafio o Governo para que a CGD, as golden-share, grupos e empresas participadas pelo Estado não participem na votação da escolha da administração do BCP. O Governo e o PS têm agora uma boa oportunidade de demonstrar que são isentos", declarou o líder social-democrata.

Instado a pronunciar-se sobre a candidatura de Miguel Cadilhe à liderança do BCP, declarou preferir "não interferir, porque quem interfere é o PS e o Governador do Banco de Portugal, que chamaram os accionistas para escolher uma administração. A comissão política do PSD não faz isso".

"Está na cara, está-se a ver há muito tempo que a intenção é de haver um controlo, através quase de uma OPA informal, do BCP por parte do poder político instituído à volta do engenheiro Sócrates", destacou.

Para Luís Filipe Menezes, esta questão "é uma matéria da vida dos portugueses que recorrem ao crédito para comprar uma casa [e das] empresas que também o fazem para financiar investimentos e projectos".

"Eu quero as pequenas e médias empresas portuguesas livres, a terem acesso ao crédito, não quero que precisem de um cartão do PS para terem acesso ao crédito e projectarem as suas empresas. Isto é que está em causa", opinou.

Sobre o encontro com Alberto João Jardim, apontou ter sido "uma conversa entre dois amigos", numa "visita normal de cortesia".

Referiu que tem seguido com "preocupação a atitude de perseguição completamente inexplicável do Governo da República em relação a esta região autónoma e a um governo legítimo em questões que têm a ver com o desenvolvimento da região e muito com a coesão nacional".

O líder do PSD rejeitou comentar as críticas do porta-voz do PS, Vitalino Canas, de que estaria a "prestar vassalagem" a Jardim, dizendo ser uma afirmação "na esteira da má educação dos membros do partido socialista e do governo" a que já está habituado.

Também à saída de uma visita de cortesia ao seu amigo Miguel Albuquerque, presidente da Câmara Municipal do Funchal e apoiante da sua candidatura à liderança do partido, Menezes foi novamente abordado pela Imprensa, sobre o caso BCP/Caixa Geral e disse ser do "quarto mundo" a passagem de dois responsáveis "politicamente marcados" de uma instituição bancária pública para um banco privado "rival".

Luís Filipe Menezes referia-se à saída de Carlos Santos Ferreira, Armando Vara e Victor Fernandes da administração da Caixa Geral de Depósitos para se candidatarem à liderança do BCP.

"Em relação ao BCP, independentemente de serem os accionistas a tomarem as decisões, é bizarro que, numa economia de mercado escorregada que dois dos principais responsáveis marcados politicamente de uma instituição financeira estatal que lidera o mercado, passem para o banco rival no mesmo dia", afirmou Luís Filipe Menezes.

"Isto só acontece em economias de mercado do 'quarto mundo'", referiu Menezes. O líder do PSD defendeu ainda que em muitas circunstâncias "até deveriam existir regras que impedissem que isso acontecesse, na medida em que essas personalidades, independentemente do seu valor técnico, mas muito marcadas politicamente, levam atrás de si carteiras de clientes, know-how estratégico, algo de inaceitável do ponto de vista da concorrência".

Menezes anunciou ainda que o PSD vai chamar ao Parlamento o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, e o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio para "explicarem se tiveram ou não conhecimento de alguns dos factos" relacionados com "a gestão bancária de alguns administradores do BCP" em 2004.

Nesse ano, Constâncio já era governador do Banco de Portugal e Teixeira dos Santos era presidente da Comissão do Mercado de Valores Imobiliários (CMVM).

Sobre a nomeação do ex ministro e militante do PSD, Faria de Oliveira, para presidente da CGD, Luís Filipe Menezes lembrou que "em Portugal, com a superintendência do sistema financeiro do Banco de Portugal e com um banco público com o peso que tem a Caixa Geral de Depósitos, há uma tradição a ser respeitada que é haver, pelo menos do ponto de vista simbólico, um equilíbrio de poderes entre estas duas instituições".

"Sempre foi assim no passado, sempre deve ser assim no futuro", disse, contrapondo que não lhe interessa "a conversa do Bloco Central", "trata-se apenas de sensatez".

O líder nacional do nacional comentou ainda a reacção de alguns ministros à sua posição na questão das lideranças do BCP e da CGD, afirmando que as declarações que lhe foram dirigidas são "algo a que, em 30 anos" nunca assistiu "do ponto de vista de má educação, de insulto, de insolência e de arrogância intolerável numa democracia em que todos nos devemos respeitar uns aos outros".

Um governo arrogante e prepotente procura dominar e controlar todos os aspectos da vida nacional

Ainda antes do Natal, o líder social-democrata denunciou, à entrada para uma iniciativa da JSD, que decorreu na sede do PSD/Porto, que "a máquina socialista" tem "apetite" pelo BCP, uma instituição que se prepara para eleger uma nova administração, e sugeriu (como exemplo de perfil) Miguel Cadilhe para a liderança da Caixa Geral de Depósitos.

"Já não chega a tutela sobre a Caixa Geral de Depósitos (CGD), colocada completamente ao serviço do projecto socialista, como agora o apetite já está no BCP", afirmou Menezes aos jornalistas,

Para Menezes, "sob a capa da lógica do funcionamento da economia do mercado", assiste-se "a um processo que deixa muitas dúvidas sobre uma eventual tentativa de um controle envidado da máquina socialista de uma das instituições financeiras privadas mais independentes que existia em Portugal".

Menezes comentava assim a situação que vive o BCP. Alguns dos principais accionistas do BCP reuniam-se nesse dia (22) para tentar encontrar uma solução de liderança forte para o banco, que pode passar por Carlos Santos Ferreira, actual presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), que já apresentou a sua demissão da Caixa e se prepara para levar consigo mais dois administradores, dos quais Armando Vara, tinha sido, à sua entrada para a Caixa, uma nomeação considerada verdadeiramente política, dado o seu currículo, vacante de gestão bancária e a sua amizade e ligação estreita a Sócrates.

Luís Filipe Menezes considerou que Cadilhe ou alguém com o seu perfil "seria um grande presidente da CGD", afirmando que "está na altura de o Governo nomear para presidente da CGD uma personalidade próxima da área do maior partido da oposição".

"Era aquilo que o PSD quando estava no poder fazia. Cavaco Silva fez isso numa lógica ética de equilíbrio de poder. Espero que agora não haja o apetite de controlar tudo e todos", sustentou.

O líder social-democrata falou ainda das conclusões conhecidas do relatório do Tribunal de Contas, considerando que demonstram "a falsa imagem de rigor do ministro das Finanças e do primeiro-ministro".

À semelhança do que aconteceu no ano passado, na sexta-feira, o TC, no seu parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2006 detectou dúvidas substantivas nos valores apresentados pelo executivo de José Sócrates, nomeadamente no valor do défice apurado pelo Governo.

"Se se dissesse de um governo do PSD o que o TC diz das contas públicas caía o Carmo e a Trindade e já havia quem estivesse a pedir eleições antecipadas, porventura", disse Menezes.

O líder do PSD considerou que este relatório do TC, bem como os outros recentemente revelados sobre o Serviço Nacional de Saúde e as Estradas de Portugal revelam "aquilo que já se sabia".

"Não é de espantar que os resultados da governação em termos da diminuição do poder de compra das pessoas, de desemprego, sejam os que são", frisou.

Menezes reafirmou que gostaria de dismantlar o peso do Estado e que combate para derrotar o PS nas eleições de 2009.

"Este líder combate para derrotar o PS em 2009 e uma das questões fundamentais é, de facto, acabar com o enorme peso do Estado, não é dismantlar um Estado, porque queremos um Estado forte, mínimo, regulamentador, eficaz, e não um Estado que quer controlar o QREN, a CGD, o BCP, que quer controlar tudo", concluiu Menezes.

O líder social-democrata considerou ser mais fácil vencer o PS nas eleições de 2009, do que nas seguintes, "porque o enorme apetite que o poder socialista tem pelo controlo do Estado torna cada vez mais difícil combater com armas iguais o PS, à medida que o tempo vai passando e a posse do poder se torna cada vez mais absoluta e diversificada".

**O Presidente da República recebeu em audiência
o Presidente do Partido Social-Democrata
• Menezes prevê "ano difícil para a democracia portuguesa" em 2008**

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, alertou hoje que 2008 "será um ano difícil para a democracia portuguesa" e prometeu fazer uma "oposição responsável" e sem radicalismo.

"É uma situação que obriga a uma cooperação leal de todos os órgãos de soberania", afirmou o líder social-democrata após uma audiência de quase uma hora com Cavaco Silva, no Palácio de Belém, em Lisboa.

Para Filipe Menezes, 2008 "vai ser um ano difícil para a democracia portuguesa" prevendo que o país vai ressentir-se "do final da presidência portuguesa da União Europeia".

"Fazer oposição é sempre um acto de coragem e de responsabilidade", acrescentou Menezes, garantindo que o partido que lidera "não terá atitudes radicais".

O líder dos sociais-democratas elogiou ainda Cavaco Silva como Presidente, dizendo que "está a cumprir rigorosamente o seu programa eleitoral".

A forma como Cavaco está a exercer o cargo permite "uma nova leitura do sistema semi-presidencial", provando que "a instabilidade do passado" não tinha relação directa com o sistema em si, mas sim com a forma como era exercido.

"Estamos totalmente satisfeitos e elogiamos o comportamento do senhor Presidente da República", afirmou Luís Filipe Menezes.

Na ceia de Natal do PSD, em Viana do Castelo, o Presidente acusa o Executivo de estar "a ir longe de mais" ao querer "controlar o sistema financeiro em Portugal"

O líder do PSD apelou sábado (dia 23 de Dezembro) ao Governo para "não ter o descaramento de voltar a nomear alguém marcadamente socialista" para liderar a Caixa Geral de Depósitos, após a anunciada saída de Carlos Santos para o BCP.

Segundo Luís Filipe Menezes, "era de bom senso" que, "numa lógica ética de equilíbrio de poder", para a liderança da Caixa fosse escolhida uma personalidade "oriunda do maior partido da oposição".

Falando em Viana do Castelo, no decorrer de uma Ceia de Natal promovida pelo PSD local, Menezes repetiu críticas ao Governo, que formulou durante a tarde, acusando o Executivo de Sócrates de estar "a ir longe de mais" ao querer "controlar o sistema financeiro em Portugal".

No Porto, durante a tarde, Menezes denunciou que "a máquina socialista" tem "apetite" pelo BCP, que é o maior banco privado português e que se prepara para eleger uma nova administração.

"Já não chega a tutela sobre a Caixa Geral de Depósitos (CGD), colocada completamente ao serviço do projecto socialista, como agora o apetite já está no BCP", afirmou Luís Filipe Menezes.

Para o líder do PSD, "sob a capa da lógica do funcionamento da economia do mercado", assiste-se "a um processo que deixa muitas dúvidas sobre uma eventual tentativa de um controlo enviesado da máquina socialista de uma das instituições financeiras privadas mais independentes que existia em Portugal".

"Isso seria inacreditável, e nós não aceitamos, porque se trata de um problema de liberdade, que tem a ver com a qualidade da nossa democracia", referiu Menezes.

No seu discurso, o presidente do PSD formulou ainda votos para que José Sócrates tenha o mesmo destino dos três primeiros-ministros dos países onde foram assinados os anteriores tratados europeus, que duraram apenas um ano e meio nos respectivos governos.

"Esses três primeiros-ministros duraram no Governo um ano e meio, e espero que esse venha a ser o destino do primeiro-ministro José Sócrates", referiu.

"É altura de [José Sócrates] descer à terra", disse Menezes, frisando que hoje "ninguém se lembra dos nomes" daqueles que eram os primeiros-ministros da Holanda, França e Itália quando estes países foram palco da assinatura dos tratados de Maastricht, Nice e Roma.

Menezes acusou ainda Sócrates de contrariar todas as "marcas enfáticas" da sua campanha eleitoral, como o não aumento dos impostos ou a não cobrança de portagens nas SCUT's e apelou à união do PSD para o partido "voltar ao poder" já em 2009.

No mesmo dia, em Vila Nova de Gaia, o líder do PSD considerou hoje "muito grave" a actual situação do BCP, afirmando tratar-se de "uma OPA informal com uma lógica político-partidária" sobre o maior banco privado português.

"Estamos claramente perante uma situação muito perigosa, em que há uma OPA [Operação Pública de Aquisição] informal com uma lógica político-partidária daquele que é o maior banco privado português", afirmou Menezes aos jornalistas esta manhã, à margem de uma cerimónia na Câmara de Gaia.

O também presidente da Câmara Municipal de Gaia disse que "somando a Caixa Geral de Depósitos ao BCP passaria a haver uma capacidade, impensável em democracia, de influenciar a sociedade portuguesa".

O líder social-democrata frisou, contudo, estar "preparado para tudo", acrescentando "não estranhar" se também o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, conseguir acumular um lugar no banco.

"Também se fala na transferência de Armando Vara, já nada me espanta, se calhar o ministro das Finanças poderá acumular. Já estou preparado para tudo", disse.

Luís Filipe Menezes desafiou "todos os que têm responsabilidades políticas em Portugal a levantar a sua voz", para que seja averiguado como é que nomes como o de Santos Ferreira (presidente da Caixa Geral de Depósitos e candidato à presidência do BCP) e de Armando Vara (administrador da CGD) surgem como solução para resolver a crise do BCP.

"É uma situação muito grave e o PSD vai usar todos os instrumentos que tem ao seu alcance para averiguar qual foi o comportamento do Banco de Portugal ao longo dos anos neste processo e como é que se chegou a esta solução", frisou.

O líder do PSD quer saber como é que um processo como este "andou a dar passos sucessivos no Banco de Portugal durante muitos anos sem nada ter acontecido e agora, de um dia para o outro, quem convive eventualmente com irregularidades e com situações menos transparentes vem colocar um ponto final, numa altura em que é possível construir uma situação a favor dos interesses político-partidários do PS".

Menezes reafirmou que todo este processo demonstra que, eventualmente, o Estado está a tentar controlar o BCP.

"O PSD alerta também todos os accionistas [do BCP] e toda a economia portuguesa, empresários, para uma situação futura em que, por ventura, para se ter crédito, para se ser apoiado, é preciso ter o cartão do PS em Portugal", referiu.

O Banco de Portugal "durante sete anos" nada fez para fiscalizar o BCP e agora encontramos-nos perante a actual situação, propiciando a eventual nomeação

de administradores próximos do PS, que "gera a maior das desconfianças".

Luís Filipe Menezes desafiou "todos os que têm responsabilidades políticas em Portugal a levantar a sua voz", para que seja averiguado como é que nomes como o de Santos Ferreira (presidente da Caixa Geral de Depósitos e apontado como eventual candidato à presidência do BCP) e de Armando Vara (administrador da CGD e que alguma comunicação social indica como futuro vice-presidente de Santos Ferreira) surgem como solução para resolver a crise do BCP.

O presidente do PSD afirmou que logo a seguir ao Natal e ao Ano Novo o grupo parlamentar do partido irá levantar a questão na Assembleia da República.

"É uma situação muito grave e o PSD vai usar todos os instrumentos que tem ao seu alcance para averiguar qual foi o comportamento do Banco de Portugal ao longo dos anos neste processo e como é que se chegou a esta solução", frisou.

Visita a um internato para 28 crianças órfãs e de famílias desestruturadas, em Sermonde (Gaia)

Luís Filipe Menezes falava aos jornalistas à margem de uma visita à Tenda do Encontro, uma instituição particular de solidariedade social (IPSS) ligada à Igreja que opera em Sermonde, Gaia, um internato para 28 crianças órfãs e de famílias desestruturadas.

O autarca criticou o Governo por pretender retirar à Igreja responsabilidades nesta área, nomeadamente no que toca à livre escolha dos pais nas actividades extracurriculares dos seus filhos, numa altura em que "alguns" centros de Actividades de Tempos Livres (ATL) de IPSS "vivem com bastantes dificuldades" ou "encerraram".

A posição de Luís Filipe Menezes nesta área coincide com a da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) que visa a livre escolha dos pais nas actividades extracurriculares dos seus filhos.

Menezes critica novo programa de apoio ao arrendamento jovem "Porta65"

Na sua qualidade e presidente da Câmara de Gaia, Luís Filipe Menezes, criticou hoje o programa "Porta65" de apoio ao arrendamento jovem, considerando que o anterior "financiava de uma forma mais correcta e generosa".

"Só rendas de casa na ordem dos 70 ou 80 contos (350/400 euros) são susceptíveis de serem financiadas. O anterior programa estava muito mais de acordo com o mercado de arrendamento", afirmou Menezes esta manhã, durante a cerimónia de entrega das chaves de 48 habitações sociais a famílias carenciadas do concelho.

O ataque ao programa "Porta65" surgiu na sequência de outras críticas feitas à Lei das Finanças Locais, que impõe limites de endividamento.

"Lastimamos que no presente as políticas do Estado tenham poucas preocupações sociais", afirmou Menezes, acrescentando que Gaia, por exemplo, precisa de mais umas centenas de fogos de habitação social para dar resposta aos problemas existentes no concelho.

O autarca lembrou às famílias que hoje receberam chave, que foi com dinheiro dos contribuintes que se construíram estas habitações sociais, pedindo-lhes que estimem a sua casa nova.

"As casas não são do presidente, nem da Câmara, nem do Estado, são vossas e de todos aqueles que com os seus impostos as pagaram", afirmou.

O líder do PSD salientou preferir aplicar o dinheiro dos impostos dos contribuintes em equipamentos que contribuam para melhorar a qualidade de vida das pessoas, como na construção de habitação social ou saneamento básico.

"São equipamentos construídos com dinheiro dos contribuintes, que pode ser canalizado para casas ou para desperdício, ou seja, investimentos que nada têm a ver com a necessidade dos cidadãos", sustentou.

O vice-presidente da Câmara, Marco António Costa, aproveitou a ocasião para criticar o Governo por ainda nada ter feito relativamente à reabilitação da urbanização Vila D'Este.

"O Governo prometeu financiar a reabilitação desta urbanização e até agora aconteceu zero", disse, "e perspectivamos que isto se vá manter no próximo ano e meio".

Marco António Costa afirmou ser lastimável que "o Governo não tenha 200 milhões de euros para financiar no país todo a habitação social quando fala em milhões de euros para a Ota e o TGV".

O PSD e a localização do Aeroporto Internacional

O líder do PSD afirmou no fim do ano passado, que o PSD realizou estudos e ouviu técnicos e personalidades ligadas à área das obras públicas para defender a localização do novo aeroporto de Lisboa na margem Sul, designadamente em Alcochete.

"Nós próprios fizemos estudos, temos técnicos muito qualificados, reunimos com todos os ministros das Obras Públicas dos últimos 20 anos, secretários de estado, administradores de empresas de transportes e fizemos a nossa decisão baseada em relatórios internos", disse Menezes aos jornalistas, à entrada para uma iniciativa da JSD, a decorrer na sede do PSD/Porto.

Segundo o líder social-democrata, "não era preciso esperar mais tempo" para divulgar o que defende o partido relativamente à localização do novo aeroporto de Lisboa.

Em conferência de imprensa, o porta-voz do PSD para as Obras Públicas, Jorge Costa, afirmou esta manhã que o partido defende a margem Sul, designadamente Alcochete, como o local ideal para o novo aeroporto de Lisboa.

Para o PSD, o novo aeroporto deve, contudo, coexistir com a Portela o máximo de tempo possível.

Segundo Luís Filipe Menezes, o novo aeroporto deve também ele ser construído de forma "faseada", de acordo com as disponibilidades financeiras do país e de acordo com a procura.

"A procura não é fácil de prever na medida em que tem aumentado quase exclusivamente à base das low costs", sustentou.

O líder social-democrata considerou ainda que a evolução do negócio das companhias aéreas de baixo custo "é imprevisível", sendo por isso necessário "cautela".

Pluralismo e democraticidade das opiniões dentro do PSD

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, "normal" que dentro do seu partido "democrático" haja quem defenda a realização de um referendo ao Tratado de Lisboa.

Menezes comentava a afirmação do presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, que, em entrevista publicada hoje no Jornal da Madeira, disse defender a realização de um referendo ao Tratado de Lisboa e que votaria "sim" nessa consulta popular.

Para Menezes, "é normal" nos partidos democráticos existirem diferentes posições.

"Não é nada estranho", frisou, acrescentando que também a JSD defende que o tratado seja referendado.

Segundo referiu, o PSD é um partido democrático, aberto, e é assim que deve ser, contudo, a posição maioritária do partido defende a ratificação parlamentar do Tratado de Lisboa e é esta a que deve ser política adoptada pelo Partido.

"O Dr. Alberto João Jardim tem essa posição há muito tempo. Não é novidade nenhuma, é a posição que sempre defendeu nos órgãos próprios do partido", afirmou o líder social-democrata, que falava aos jornalistas à margem de um encontro da JSD, no Porto.

Na entrevista, Alberto João Jardim defende que votaria "sim" nesse referendo porque acredita que o Tratado "acautela os direitos das regiões Ultraperiféricas, consagrando princípios essenciais, como o da subsidiariedade, coesão social e económica".

Menezes visita Centro Social da Musgueira e apela ao Governo para que tome "opções orçamentais mais generosas"

O Presidente, em vésperas do Natal passado, visitou o centro Social da Musgueira e durante a visita apelou ao Governo para que tome "opções orçamentais mais generosas".

"Há uns dias foram anunciadas medidas no sentido de avançar com creches novas nos próximos anos para cerca de 15 mil crianças portuguesas, somente cinco por cento das necessidades a curto-prazo.

"Julgo que existem instrumentos, independentemente das nossas dificuldades orçamentais, para fazer opções bem mais generosas", considerou.

Menezes frisou que "bastaria não se ter perdido no negócio ruidoso no Brasil 100 milhões de euros nas Águas de Portugal e em vez de 230 creches poderiam ser construídas 500, nos próximos dois anos".

A perguntas sobre assuntos partidários, voltou a afirmar que o partido não está "dividido em relação à ratificação parlamentar ao Tratado de Lisboa", negando que a maioria dos deputados seja favorável ao referendo.

"Não é verdade que a maioria dos deputados defende o referendo, ainda ontem [quinta-feira] o grupo parlamentar do PSD reuniu-se e decidiu que aprovaria a posição da direcção do Partido", declarou Menezes aos jornalistas.

Reiterando que "a maioria do grupo parlamentar do PSD defende a posição da direcção do Partido", esclareceu que o facto de deputados com posições respeitáveis não o defenderem "como no PS, com Mário Soares defende o referendo e outros, como António Costa, que são contra o referendo", não é motivo para transformar "minorias em maiorias".

Menezes disse ainda que no seu partido "há liberdade de expressão e disciplina de voto".

Instado a comentar o alargamento do espaço Schengen, disse tratar-se de algo "importante para a construção de uma Europa mais livre, de uma Europa com uma cidadania mais afirmada, mas é uma vitória da Europa, não é uma vitória de Portugal".

"Não faz sentido numa época destas pegar permanentemente em questões que têm a ver com a presidência portuguesa para tentar tirar dividendos do ponto de vista de política interna.

"E estou bem mais preocupado com os jovens desempregados, com o desemprego acrescido em Portugal, com os pobres, com as dificuldades nas cinturas suburbanas das grandes cidades do que no sentido de, como Sócrates, fazer festa, atirar foguetes e apanhar as canas' em matérias que me satisfazem no sentido de uma construção da Europa", concluiu. – Fontes: Povo Livre, Gab. Imp. PSD/Madeira, Lusa, DN, TSF

FERNANDO ANTUNES



Intervenção - 3ª Sessão Legislativa
Projecto de Lei nº425/X
(Regime Jurídico dos Manuais Escolares e de outros recursos didácticos)

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Tivesse o Partido Socialista e o Governo uma posição clara de defesa da autonomia da Escola portuguesa e teríamos hoje uma Lei dos manuais escolares muito mais consensual, assente na liberdade de adopção, potenciadora de rigor científico e qualificação dos manuais, motivadora para todos os agentes envolvidos. Nuns casos, as Editoras, com uma concorrência saudável pela obtenção de uma maior qualidade, no outro lado - falo dos destinatários que são os alunos, os professores, os pais e toda a Comunidade Educativa – beneficiando dessa disputa com acesso a manuais livremente escolhidos, através de um processo de adopção que compete à Escola, que defendemos devem ter autonomia quer na gestão administrativa quer na pedagógica.

O Governo assim não quis e a maioria Socialista autista, arrogante e solitária como parece gostar, aprovou a Lei sozinha e o resultado está aí – passado quase ano e meio da publicação da Lei nº 47/2006, de 28 de Agosto, não há um manual escolar certificado, pouco foi implementado, podemos dizer que temos uma mão cheia de nada em aspectos como a certificação da qualidade, a reutilização dos manuais, a bolsa de empréstimo e os custos continuam a sobrecarregar anualmente as famílias, constituindo mais um imposto impiedoso a somar à avalanche fiscal que, sem dó nem piedade, cai sobre os contribuintes, e as famílias.

A regulamentação da Lei que, nos termos do seu artigo 37º, devia ser feita no prazo de 90 dias após a sua publicação, foi feita um ano depois e das Comissões de Avaliação e Certificação dos Manuais Escolares nem sinal de vida.

A concepção dirigista e de tutela centralizadora numa área onde a vontade política subjacente é bem clara, deixa a nú as verdadeiras intenções do Partido Socialista – tudo controlar, obstruindo aquele que é o caminho e um dos pilares fundamentais da verdadeira autonomia das Escolas, que neste caso significa escolher os manuais escolares que se pretendem para a especificidade do seu próprio projecto educativo.

O Partido Socialista e o Governo que na sua anteproposta de Lei defendia o livro único, recuando apenas face à crítica frontal do Conselho Nacional de Educação, sabe que o caminho que projectou na Lei que aprovou, pode levar a isso mesmo. Dissemos e repetimos, hoje mais convencidos, que a pré-certificação dos manuais escolares é um tremendo erro, indutor de tentações de “controleirismo doutrinário” a coberto da nomeação de qualquer Comissão de Certificação, nomeada por este ou outro Ministério da Educação.

Quanto mais não fosse o caminho previsto devia ser claro e não obscuro, devia ter horizontes e não ser sinuoso, devia ter uma leitura objectiva e não permitir resultados enviesados.

Lamentamos também, mas já não estranhamos, o conservadorismo demonstrado pelo Partido Socialista nesta matéria! Quando a nosso ver, a Lei devia projectar o importante papel que as novas tecnologias têm nos processos de aprendizagem; quando vemos o Ministério da Educação promover por todo o lado a formação no âmbito de novos conteúdos educativos com base em plataformas digitais; quando vimos, no início do presente ano lectivo, o Governo na sua quase totalidade a distribuir computadores por inúmeras escolas, numa jornada de despudorado eleitoralismo; afinal o que é que vemos de concreto?! Vemos o Governo e o Partido Socialista enterrarem a cabeça na areia e fechados no casulo do seu autismo nada dizerem num campo de transformação fundamental no modo de transmissão de conhecimentos.

Uma maioria desfazada no tempo não permitiu que tivéssemos uma Lei para muitos anos, pois devia incluir nela as novas tecnologias de informação e de aprendizagem, que são um complemento importante dos manuais escolares. Ignorar na actual Lei o papel dos novos meios interactivos e dinâmicos que a informática proporciona e que não devem ser separados dos conteúdos transmitidos nos manuais escolares é um exemplo da miopia política em que caiu o Partido Socialista com uma maioria amorfa, adormecida que suporta um Governo que erra demais para tanto silêncio.

É caso para dizermos:

Em tempo de Novas Oportunidades deve o Partido Socialista submeter-se à avaliação nesta matéria e porque estamos a falar entre adultos talvez submeter-se ao escrutínio da Agência Nacional para a Qualificação. Estamos certos que o Governo e o PS, a caminhar assim nunca obteriam a Carta de Qualidade que prevêem criar em 2008.

Mas não tem que ser assim. O PSD ao apresentar um Projecto de Lei sobre manuais escolares e outros recursos didácticos abre aqui uma janela de oportunidade para o Partido Socialista corrigir e inovar.

Corrigir essencialmente apostando claramente na autonomia da Escola, dando-lhe liberdade de decisão, em relação à

adopção de manuais abandonando a tentação de tutela estatista que representa a pré-certificação. A certificação na visão do PSD representa um valor acrescentado e uma mais valia para o manual escolar que, naturalmente é aferido pelas Editoras e pela Escola, mas deve funcionar de baixo para cima e nunca imposto por uma qualquer cúpula macrocéfala que rejeitamos.

Este debate abre campo à inovação e o nosso Projecto de Lei introduz as novas tecnologias como um recurso didáctico essencial e complementar do manual escolar.

É um convite ao Partido Socialista para abandonar a sua posição de um conservadorismo cómodo, para apostar nos novos tempos e na modernidade que representam os novos conteúdos informáticos.

Por fim a questão da bolsa de empréstimos, que defendemos tem que ser olhada como um factor de promoção da equidade e justiça social. Para isso é preciso acreditar na Autonomia e dar meios às Escolas e às Autarquias. Caricato é continuar a tentar resolver o problema do Empréstimo de manuais escolares com recurso aos lucros das papelarias Escolares como preconiza o artigo 8º do Despacho nº 19165/2007, do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. O Governo quer construir a equidade social tirando com uma mão para dar à outra. Quer fazer justiça social praticando a injustiça social.

Este debate é a oportunidade que o PSD tem para voltar a apelar à Responsabilidade do Governo e da Assembleia da República.

No debate mensal desta semana, o Primeiro-Ministro, trouxe aqui a nova visão socialista sobre a Gestão das Escolas do ensino básico e secundário, que é uma cópia do Projecto de Lei que oportunamente o PSD submeteu a esta Câmara. Ver ontem os Deputados Socialistas com sorriso incrédulo e sarcástico ouvir os Deputados do PSD a defenderem a criação da figura do Director da Escola, dá-nos agora o prazer de ver muitos deles “engolir em seco”. Dizemos, como diz o povo, “vale mais tarde que nunca”. Assim, saiba o PS, aprendendo a lição, tirar ilações deste debate. Corrigir e inovar é o caminho.

FELICIANO BARREIRAS DUARTE



Declarações Políticas

Intervenção - 3ª Sessão Legislativa

Sobre o passado que o Partido Socialista tanto usa e diaboliza e que não é real quando procura enfatizar até á exaustão

Excelentíssimo Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Subo hoje aqui a esta tribuna para falar do passado.

Sim, do passado. Do passado que o Governo e o Partido Socialista tanto adoram diabolizar e onde cada vez mais se refugiam para esconder muitos dos erros da sua actual governação no país.

Para vos falar, do passado que o Partido Socialista tanto usa e diaboliza e que não é real quando procura enfatizar até á exaustão.

Porque, Senhoras e Senhores Deputados

Esse passado, (o único de que os nossos amigos socialistas gostam de falar já que tem vergonha e medo do seu passado guterrista) que é o do tempo da governação dos XV e XVI Governos Constitucionais, deram a Portugal e aos portugueses muitos resultados em várias áreas positivos, porque determinantes, para a defesa dos superiores interesses do nosso país.

E, por isso, hoje quero em nome do PSD, trazer um exemplo claro de ganhos para o país, que os Governos liderados por José Manuel Durão Barroso e Pedro Santana Lopes, alcançaram.

Faço-o registando muito positivamente em nome do PSD, que o país viu reconhecido a nível internacional, que somos o segundo melhor país de entre 27 países dos mais desenvolvidos do mundo, com melhores políticas públicas de integração na área da imigração.

Apenas a Suécia, nos ultrapassa. O índice de políticas de integração, que de forma rigorosa promoveu até á exaustão uma análise comparativa entre as políticas de integração de 27 países, em vectores de diagnóstico tão dispares, como o acesso ao mercado de trabalho, ao reagrupamento familiar, á anti – discriminação, há participação política e a criação de infra estruturas e de instrumentos de apoio aos imigrantes, atesta que Portugal em boa hora iniciou um caminho positivo nestas matérias.

E Senhoras e Senhores Deputados

Nesse ranking Portugal ficou em segundo lugar, á frente de Países como a Bélgica, a Holanda, a Finlândia e o Canadá, por exemplo. E são infelizmente muito poucas as vezes que noutras matérias isto sucede.

Alguns – infelizmente a maioria porque andam muitas vezes distraídos sobre estas matérias – talvez ainda não soubessem que tal aconteceu.

Mas aconteceu. E ao acontecer revela que em primeiro lugar valeram a pena os esforços e o trabalho que o XV e o XVI Governos Constitucionais, desenvolveram para criarem em Portugal uma verdadeira política de imigração assente em dois pilares base – rigor nas entradas mas humanismo e responsabilidade na integração.

Foi por isso que em menos de três anos de governação liderados pelo PSD promovemos sucessivas alterações legislativas e administrativas, com o fito de iniciar um percurso de solidificação das políticas públicas nesta área e da estabilização do Direito da Imigração em Portugal.

Foi por isso que em menos de três anos, criamos quase tudo o que o actual governo herdou em Março de 2005 e que nós não herdamos em Abril de 2002.

Criamos por exemplo:

- O Alto Comissariado Para a Imigração e Minorias étnicas
- O Observatório Para a Imigração

- A Linha SOS Imigrante
- Os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante
- Os Centros Locais de Apoio ao Imigrante
- O Conselho Consultivo Para os Assuntos da Imigração
- A Comissão Para Igualdade e Contra a Discriminação Racial
- O Programa Nós
- A Unidade de Missão Para o diálogo inter-religioso
- O Programa Escolhas 2ª Geração
- etc, etc porque haveria muito mais para referir.

Com esta distinção, conferida por entidades devidamente credenciadas e em que - registe-se – o período de avaliação comparativa incide em grande parte no tempo de funções dos governos liderados quer por José Manuel Durão Barroso quer por Pedro Santana Lopes, é reconhecido que Portugal apesar de nesta área ainda ter muito trabalho pela frente - e nós sabemo-lo e estamos preparados para essas responsabilidades – estamos, apesar de tudo isso no bom caminho.

Por tudo isto registamos politicamente, esta decisão como uma vitória política para Portugal, para os portugueses e para os cidadãos estrangeiros que cá tem vivido e contribuído não só economicamente, mas também social e culturalmente, para o nosso desenvolvimento colectivo e também para todos os que sem excepção têm trabalhado e ainda trabalham para no dia a dia contribuir para a concretização destas políticas.

É uma vitória de todos os que sempre acreditaram (e acreditam como é o nosso caso) que a imigração não é um problema, mas sim uma oportunidade, que nós portugueses temos de estar á altura das responsabilidades de numa área tão sensível como esta, e de com sentido de Estado, ser fieis á nossa história.

Nunca esquecendo que durante décadas a fio, exigimos a muitos outros países, para tratarem os nossos emigrantes (que são 5 milhões 1/3 de todos nós) com humanismo

promovendo as políticas de imigração adequadas nos seus países de acolhimento.

Por tudo isto Senhoras e Senhores Deputados

Ao trazer-mos hoje aqui esta matéria, fazemo-lo para registar esta vitória do nosso país, mas também para que nos mobilizemos sem abdicar das nossas diferenças, para continuarmos a trabalhar nesta área servindo Portugal e os portugueses. É isso que o PSD tem feito. Ontem no Governo, hoje na oposição – veja-se o nosso contributo não só para a aprovação mas sobretudo para a feitura das novas Leis da Nacionalidade e da Imigração - e no futuro do Governo de novo, esta área da governação será um exemplo sempre positivo de concretização das melhores políticas publicas.

Como é fácil de perceber, o nosso passado – de menos de 3 anos – deu muitos resultados positivos. Este é apenas um exemplo. Mas há mais. O partido Socialista dos 7 anos do consulado de António Guterres e de já quase três anos de José Sócrates, talvez nem tanto. É também isso que nos distingue do PS. É que não vivendo mal com o passado, preocupamo-nos mais com o presente e sobretudo com o futuro. É em nome disso que aqui estamos. Em nome do futuro de Portugal.

Disse,

MENDES BOTA



Intervenção - 3ª Sessão Legislativa
Agendamento potestativo requerido pelo GP/PSD
(Sobre a Desertificação do Interior)

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados

O Governo apresentou-se neste debate mais desertificado do que o país. Das suas 17 cadeiras ministeriais, apenas uma se apresentou ocupada. Taxa de desertificação igual a 94 %, o que é um mau sintoma do grau de preocupação real que o governo presta ao problema da desertificação e do despovoamento do país.

Portugal, é hoje um Estado altamente centralista e centralizado, o país europeu que menos equitativamente redistribui os dinheiros públicos. O Estado central gere 87% das receitas públicas, e é responsável por apenas 48% do investimento público.

A desertificação das actividades humanas atinge já hoje $\frac{3}{4}$ do território nacional. Poder-se-ia chamar com propriedade uma autêntica "Área de Evacuação Humana", fruto dos fogos florestais, do abandono da agricultura, da falta de investimentos, de empregos, e de infra-estruturas. É uma situação de gravíssimos contornos em termos de erosão, perda da biodiversidade, envelhecimento da população, escassez de água nos solos, abandono das terras e da agricultura tradicional.

Depois de ouvirmos o discurso do sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, mais nos convencemos de que há muitos políticos de topo, fechados nos seus gabinetes citadinos, que não têm a mínima noção do que é a verdadeira realidade da desertificação. Até parece que vivem noutra país.

A atracção pelos centros urbanos, é a ilusão de que aí se cria riqueza. Mas também é verdade que aí se concentram os postos de emprego qualificado que fazem progredir carreiras.

Isto cria problemas insolúveis, pois as grandes cidades e as suas periferias não estão preparadas para receber tanta gente.

A recente evolução do PIDACC revela quebras dramáticas para o interior. Só Lisboa e Porto levam 51% do investimento público. E, em contrapartida, é escandaloso o número de municípios contemplados com o "PIDACC Zero". E vem o senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares falar-nos que o governo está a investir no interior no capital humano. Mas em quem, se qualquer dia não existe lá ninguém para ser formado? O interior não precisa de assistencialidade, é verdade, precisa é que lhe dêem a oportunidade de sobreviver, e de se desenvolver em pé de igualdade de direitos com o resto do país.

O QREN ignora o interior. O QREN é centralista, marginaliza os municípios, e representa a última oportunidade para o lançamento de um de um Plano Nacional de Equilíbrio do Território. Mas a atitude do governo, prenuncia que será uma actividade perdida.

Já aqui foi amplamente denunciado, o encerramento maciço de estruturas de serviços públicos nos domínios da saúde, dos correios, da educação, dos tribunais, da segurança, das finanças, dos transportes públicos ferroviários, dos transportes públicos rodoviários, e até dos serviços de electricidade.

Esta diminuição acentuada da presença de serviços públicos de proximidade no interior, afecta os pilares fundamentais da base económica local. Ninguém quer viver em locais onde se encerram serviços públicos. O encerramento de tribunais, pode representar o desaparecimento da derradeira ligação directa das populações a um órgão de soberania.

O governo comete o erro de só se guiar por critérios estatísticos, mas para o PSD, o encerramento de serviços públicos deveria estar sujeito a estudos de impacto social nas condições de vida dos cidadãos afectados.

Também estamos perante o PRACE da oportunidade perdida. A reorganização da administração pública, poderia ter sido abordado por três lógicas diferentes tão alternativas como complementares. A orçamental, que parece ter sido a única a interessar ao Governo. A funcional, que poderia ter alguma lógica, e a territorial, que seria a que mais interessava ao combate à desertificação.

Mas não. Com este governo, mesmo os novos serviços continuam a ser localizados em Lisboa.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Regista-se um recuo em 100 Kms da fronteira económica com Espanha, potenciada pelo diferencial do IVA. Regista-se, também, à incapacidade de mobilização de investimentos estratégicos públicos ou privados. Assiste-se à deslocalização para lá da fronteira, de recursos humanos, empresas e investimentos. Portugal tem pesadas baixas na batalha da competitividade fiscal com Espanha. 100.000 trabalhadores portugueses inscritos na Segurança Social de Espanha. Milhares deslocam-se diária ou semanalmente, no vai-vem da sobrevivência.

Tem-se assistido a políticas erradas de ordenamento. Ao êxodo do interior corresponde sempre a agressão do litoral. Os condicionamentos radicais aplicados ao interior, das Áreas Protegidas, da Rede Natura, da proibição de qualquer actividade florestal, incluindo a desmatção, e até a própria agricultura, muito têm contribuído para o abandono das terras e a desmotivação daqueles que teimam em sobreviver no interior de Portugal.

A Lei das Finanças Locais a partir de 2009 vai acentuar as assimetrias regionais. Gravosa para os municípios do interior e com menos habitantes.

Estamos perante um país, a três velocidades. A dos grandes centros urbanos, das cidades intermédias e do resto do território. Há, de facto, Portugueses de primeira, de segunda e de terceira classe.

O Mapa PIN de Portugal é, ele próprio, o espelho do Mapa da Desertificação, do Desequilíbrio e do Despovoamento, concentra os grandes investimentos no litoral, sendo pouco significativo o número de os que se irão implantar no interior de Portugal.

Só é pena que o Ministro da Economia não revele igual empenho e eficácia de resultados na captação de investimentos PIN para o interior do País, também ele rico de potencialidades económicas, inclusive turísticas, e culturais, ainda por explorar.

A disparidade entre as diferentes regiões, não cessa de aumentar. Veja-se a evolução do PIB per capita nas regiões do Norte, do Centro, de Lisboa, do Alentejo e do Algarve. Temos hoje maiores disparidades do que tínhamos há vinte anos atrás.

O país precisa de menos centralismo, e de mais democracia regional.

O PSD não enjeita responsabilidade nenhuma, mas nunca é demais ressaltar esta verdade inequívoca: nos últimos doze anos, o responsável maior por nove anos de governação, é o Partido Socialista. Isto representa 75% do tempo.

E seria bom, já que gostam tanto de citar o livro "Coragem de Mudar", de ler o que o presidente do PSD lá escreveu sobre os problemas do interior de Portugal.

O país não pode continuar a desperdiçar paisagens, tradições, cultura, capacidades produtivas, até dinheiro e oportunidades.

Há pouco mais de trinta anos, Portugal cometeu um erro estratégico estrondoso, ao nacionalizar a economia para, dez anos depois, com prejuízos incalculáveis e irrecuperáveis, voltar a reprivatizá-la, num esforço que ainda hoje não terminou.

Deixar transformar irreversivelmente Portugal num imenso espaço desertificado, com uma linha de altíssima concentração urbana no litoral, seria um erro catastrófico de consequências inimagináveis.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados

Não basta dizer que a desertificação dos solos se estanca, estancando o despovoamento, e que o despovoamento se estanca, criando empregos, e que estes se criam, atraindo investimentos, e que estes se atraem, dando incentivos fiscais ou outros. O problema, é que se o próprio Estado é o primeiro a debandar, e a desistir de estar presente, não pode esperar que sejam os cidadãos, tipo pioneiros, que decidam instalar-se onde deixou de haver assistência na saúde, na segurança, na justiça, nos transportes ou na escola para os filhos.

Com esta política administrativa de abandono do interior, uma política cega, obcecada por meros critérios quantitativos, o Governo dá os sinais políticos mais errados, e consegue ultrapassar de longe os impactos das alterações climáticas. E essa, é que é uma verdade inconveniente, como hoje, aqui e agora, foi amplamente demonstrado.

ANTÓNIO RIBEIRO CRISTÓVÃO



Intervenção - 3ª Sessão Legislativa
Agendamento potestativo requerido pelo GP/PSD
(Sobre a Desertificação do Interior)

Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhor Ministro
Senhoras e Senhores Deputados

O retrato que hoje estamos aqui a fazer de uma parte do país apresenta-nos, em largas faixas do território, imagens que nos mostram pessoas sem esperança e rostos onde a angustia reflecte um estado de alma de quem pouco ou nada acredita no futuro.

Mais do que qualquer outro Governo, este, presidido por José Sócrates, apenas tem mantido como objectivo eliminar tudo quanto possa contribuir para a sobrecarga do Orçamento, sem cuidar das pessoas e dos cuidados que a sua manutenção ali exige.

E, por isso, nestes quase três anos de Governo a palavra de ordem foi encerrar.

Fecharam-se estabelecimentos de saúde, sem critério;
Escolas, sem conta, não abriram as suas portas;
Há uma clara diminuição nos contingentes das forças de segurança;
Alguns tribunais estão igualmente destinados a encerrar os seus serviços.

E por entre muitas carências destaca-se a ausência de investimento público na área do emprego, o qual, a concretizar-se ajudaria à fixação de muitos jovens.

No que toca às acessibilidades, sobretudo as acessibilidades transversais, estamos igualmente perante um dos maiores entraves ao desenvolvimento.

Há zonas que continuam encravadas, de que são exemplos mais gritantes os concelhos do Pinhal, e outras sem ligações a Espanha que seriam fundamentais para um novo tipo de relação fronteiriça com o país vizinho.

E em matéria de transacções comerciais, a Espanha é ainda uma espécie de salvatério.

Ali se podem comprar muito mais baratos artigos de primeira necessidade, uma vantagem decorrente da diferença de IVA em cinco pontos percentuais, e combustíveis a preços muito inferiores aos nossos.

Em 2008, duas centenas de gasoleiras portuguesas situadas até 80 km da fronteira, podem decretar falência devido à asfixia financeira decorrente dessa diferença.

Nos últimos dois anos, já encerraram 80, resultando daí a extinção de 2000 postos de trabalho.

O desvio de consumo de Portugal para a Espanha, vai ascender a 155 milhões de litros de combustível, o equivalente a 163 milhões de euros, o que acarreta também uma clara perda de receitas fiscais para o Estado.

Quanto ao Comércio, também ele afectado por este circuito comercial, só em 2006, encerraram, em Castelo Branco, 130 estabelecimentos, prevendo-se que este ano, quase a terminar, ronde uma cifra muito semelhante.

O pequeno comércio está a definhar em todo o Distrito, o que equivale, também a perder-se esse elo que constitui um traço de união entre as pessoas da mesma rua, do mesmo bairro, da mesma localidade.

Portugal assiste, hoje, a uma mudança evidente do seu paradigma de desenvolvimento.

A equação que este Governo faz do Interior é muito simples: tem menos contribuintes, tem menos votos, tem mais dificuldades, tem maiores necessidades, requer mais investimento, então tem pouca importância, logo é para fechar.

Não calaremos a nossa voz, enquanto Portugal caminhar a duas velocidades e sem que haja uma visão de desenvolvimento harmonioso para o país.

O Governo foi forte em promessas e continua exímio em propaganda.

Há quase três anos sentado nessas cadeiras, é tempo de começar a cumprir!

PEDRO PINTO



Intervenção - 3ª Sessão Legislativa
Debate de urgência requerido pelo GP/PSD
(Sobre as Obras Públicas e Transportes)

Senhor Presidente,
Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

Era de esperar o desnorte manifestado pelo Governo nesta área fundamental para o desenvolvimento económico e social do País.

Remendar aquilo que foi o monstro orçamental criado no Governo socialista de António Guterres e José Sócrates com a irresponsabilidade da criação das SCUT's, vai demorar vários anos.

As SCUT's ficarão para a história com o devido respeito como um dos mais grosseiros erros socialistas.

A mentira que foi a campanha eleitoral socialista na qual com a maior desfaçatez se prometeu aos portugueses, que estradas com portagens seriam uma excepção ou mesmo não existiriam, fica em definitivo, com este debate e apesar de todas as habilidades demonstrada.
(critérios)

O Senhor Primeiro-Ministro e o Senhor Ministro das Obras Públicas, com a sua teimosia e obstinação são sem dúvida os grandes responsáveis, por terem sido necessários 30 meses para ser esboçada uma tentativa de remediar o erro que foram as SCUT's.

Durante estes 30 meses o Governo tentou ir mudando de posição, pensando que o País não se aperceberia de tal facto e hoje pasme-se, tem o Primeiro-Ministro e o Ministro das Obras Publicas como os grandes defensores do princípio do utilizador pagador, podendo mesmo dizer-se os campeões do duplo princípio. Hoje serão os portugueses que utilizam automóvel, através do pagamento das portagens e por via da contribuição rodoviária os únicos a pagar os custos da construção nova e a manutenção de toda a rede viária da responsabilidade das Estradas de Portugal, agora SA.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Esperamos que os erros cometidos com as SCUT's no passado em que o Partido Socialista e o Governo não quiseram ouvir nada nem ninguém do alto da sua maioria, não venham a verificar-se também com esta criação das Estradas de Portugal Sociedade Anónima.

Esperamos que o Senhor Ministro nos esclareça de forma clara algumas questões:

§ pensa corrigir em definitivo a trapalhice que resulta da possibilidade do tempo de concessão da Estradas de Portugal, SA ser de 75 ou 92 anos?

§ apesar de todas as "juras" que o Sr. ministro já fez, na comissão de obras publicas de não ter o Governo intenção de privatizar nos próximos dois anos, vai o Governo dar-nos a explicação do porquê de no próprio decreto lei em que se aprova a concessão da rede rodoviária nacional o Governo dizer de forma tão enfática exactamente o contrário?

Como alguns Senhores Deputados disseram, também eu não posso acreditar que seja apenas, mais uma trapalhice deste Governo.

Interpretações nos anos de concessão variadas, necessidades de juras e garantias do Governo quanto à possibilidade de se poder privatizar no que diz respeito ao quadro legal que cria uma empresa com a importância das Estradas de Portugal SA, é algo de inaceitável em nome da transparência política, e queremos acreditar que o Governo, de forma inequívoca está na disposição de corrigir, procedendo às alterações necessárias.

Outro dos aspectos que consideramos de vital importância, prende-se com o Governo dar a conhecer a esta Assembleia, como disse há pouco o Senhor Deputado Jorge Costa, os estudos que sustentam o plano estratégico e o modelo financeiro que servem de base e justificam o prazo de concessão assim como equilíbrio financeiro da solução adoptada.

Está ou não o Governo na disposição de dar a esta Assembleia as condições para uma efectiva fiscalização do Governo?

Senhor Ministro, é que é muito dinheiro do nosso dinheiro que não pode ser sujeito a jogos de "esconde esconde", estão em causa dezenas de milhares de milhões de Euros.

São muitas as questões que o Senhor Ministro tem de esclarecer, não só a mim ou ao meu partido, é também a pessoas do seu partido que têm tantas ou mais preocupações em relação aos verdadeiros objectivos e resultados a alcançar com a constituição desta nova empresa de importância estratégica e fundamental no futuro.

Senhor Ministro, Portugal e os Portugueses não querem deste Governo, mais promessas, mais obras virtuais.

Portugal e os Portugueses esperam em definitivo a recuperação do atraso na sua rede viária, fundamental para o desenvolvimento do País.

Disse.

ANA ZITA GOMES

Intervenção - 3ª Sessão Legislativa
Na Apreciação Parlamentar nº52/X(PCP)
(Cria o programa Porta 65 - Arrendamento por jovens, instrumento de apoio financeiro ao arrendamento por jovens)

Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados

Os jovens portugueses enfrentam, actualmente, duas grandes preocupações: o acesso ao emprego e o acesso à habitação.

Como todos, os jovens portugueses desejam a sua emancipação.

Numa sociedade cada vez mais exigente e competitiva, os mais jovens sentem as enormes dificuldades colocadas a quem ambiciona construir um início de vida independente.

O incentivo ao arrendamento jovem tem sido ao longo dos anos – desde 1992 – um importante apoio ao acesso à habitação.

Todos sabemos que para milhares de jovens esta era a única forma de o conseguirem.

É um facto que a lei de 1992 comportava alguns desajustamentos e, admita-se, alguns casos de menor equidade. Mas, é merecido assumir a enorme vantagem que este instrumento representou para a vida dos jovens portugueses. O IAJ foi um instrumento marcante que impulsionou as políticas para a juventude em Portugal.

Perante a necessidade de – e cito do diploma - «adequar o IAJ à presente realidade social e económica(...)», o Governo criou com o Decreto-Lei hoje em apreciação um novo programa: Porta 65- Arrendamento por jovens.

Decorrido o período de suspense sobre qual seria a alternativa ao IAJ, eis que surge a desilusão.

O programa Porta 65 Jovem ao invés de melhorar e reforçar o já existente sistema de incentivos, diminui de forma drástica os incentivos ao arrendamento jovem, cortando em quase tudo.

E este, é um facto incontornável.

A verba disponibilizada é significativamente menor.

O número de jovens beneficiários deste incentivo também será menor.

A taxa de financiamento é reduzida de um máximo de 75% da renda para um máximo de 50%.

Em vez de 5 anos o apoio passa a ter uma duração máxima de 3 anos, e com um decréscimo progressivo.

Os valores das rendas máximas admitidas neste programa oferecem as maiores dúvidas quanto à sua adequação ao actual mercado de arrendamento. Segundo notícias veiculadas, o objectivo do Governo em introduzir estes valores é impedir que os senhorios inflacionem o valor das casas que alugam aos jovens com apoio estatal. Mas não é, decerto, difícil concluirmos que não será fácil encontrar, por exemplo, um T1 na Grande Lisboa por 340€ ou no Algarve por 220€.

Afirmava-se em como o IAJ estava desajustado no tempo. Quem está desfasado da realidade, agora, é o Governo.

A verdade é que com este novo programa, mesmo que o candidato reúna todos os –apertados - requisitos exigidos, o apoio pode não ser concedido devido a limitações de verba.

Por outro lado, utilizar como critério de selecção os rendimentos dos ascendentes, contraria, na nossa opinião, o princípio deste instrumento: apoiar a emancipação do jovem, enquanto pessoa autónoma e independente.

Consideramos, obviamente, que o Estado deve ponderar a atribuição dos apoios mediante os rendimentos do jovem beneficiário.

Mas não concordamos com este drástico desinvestimento na área da habitação jovem, inviabilizando, assim, o acesso de muitos jovens ao incentivo ao arrendamento.

Sr. Presidente,
Sras. e Srs. Deputados,

Numa altura em que o desemprego jovem continua a aumentar, o Governo demonstra a sua falta de sensibilidade para com os problemas da juventude portuguesa.

Está escrito no programa de Governo que, «facilitar o acesso dos jovens à habitação» é uma prioridade. Pois, este programa em nada vem facilitar, ou melhorar o acesso dos jovens à habitação. Dificulta. Agrava a actual situação.

A situação de mobilidade é uma realidade na nossa sociedade. O arrendamento e a facilidade de acesso à habitação são o suporte essencial a essa mobilidade.

Pretende-se, também, com este programa «uma maior racionalidade na utilização dos recursos financeiros públicos» refere o Governo neste Decreto-Lei.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, estes recursos sofrem cortes drásticos, comparados com anos anteriores.

Existe um decréscimo muito significativo no apoio ao arrendamento jovem.

Esta é, portanto, uma decisão política. É uma decisão política deliberadamente penalizadora para os jovens portugueses.

Antes era um incentivo ao arrendamento, hoje temos um parco apoio na comparticipação de rendas. A diferença entre estes conceitos é enorme. No Decreto de 92 existia verdadeira política de juventude. No Decreto deste Governo, uma “despesa” que tem que ser diminuída.

Confrontados com esta situação, muitos jovens manifestam diariamente a sua indignação em vários espaços - fóruns e blogs - na Internet. Preparam, até, uma petição à Assembleia da República, a solicitar a revogação deste mesmo Decreto-Lei.

São várias as mensagens dirigidas, por jovens, ao Grupo Parlamentar do PSD, como concerteza aos restantes. (Como por exemplo o relato de um jovem que vive com o ordenado mínimo nacional e que vê, com esta legislação, o seu apoio ao arrendamento diminuir substancialmente.)

Procuramos obter mais informações na linha de apoio. Não conseguimos. Se há umas semanas esta se encontrava indisponível, hoje está “com alguns problemas” – conforme explicação de um operador da linha da juventude. E, esta é a realidade, Sras. e Srs. deputados.

A habitação constitui um dos mais complexos problemas das novas gerações, sobretudo no período que corresponde ao início da vida activa. A promoção de mecanismos que facilitem o acesso à habitação deveria constituir para o Estado um investimento de futuro.

Não deixa de ser curioso que o Governo tenha designado este programa de Porta 65, numa alusão ao artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, que garante o acesso à habitação.

Na verdade, Sras. e Srs. Deputados este programa Porta 65 remete os jovens portugueses para um Regime de Porta Fechada, relativamente ao incentivo ao arrendamento jovem.

Disse.

Nº 178-AC/X/3



Pergunta ao Governo
Assunto: Programa Risco Zero

Nº 175-AC/X/3



Pergunta ao Governo
Assunto: Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

Nº 157-AC/X/3

Pergunta ao Governo
Assunto: Encerramento do Serviço de Finanças Ovar 2, em Esmoriz
De momento a informação que pretende não se encontra disponível.

Nº 154-AC/X/3



Pergunta ao Governo
Assunto: Falta de magistrados no Tribunal de Comarca de Chaves

Nº 153-AC/X/3

Assunto: Encerramento da agência do Banco de Portugal em Vila Real
De momento a informação que pretende não se encontra disponível.

Nº 139-AC/X/3

Assunto: Exploração de caulinos nas freguesias de Vila Seca e Milhazes do Concelho de Barcelos
De momento a informação que pretende não se encontra disponível.

Nº 94-AC/X/3

Assunto: Encerramento do Serviço de Finanças em Nogueira do Cravo e Cucujães

De momento a informação que pretende não se encontra disponível

Nº 91-AC/X/3

Assunto: Investimentos em rodovias, no distrito de bragança, no ano 2008

De momento a informação que pretende não se encontra disponível

Nº 90-AC/X/3

Assunto: Abertura de uma nova maternidade pública na Região Autónoma dos Açores

De momento a informação que pretende não se encontra disponível.

Nº 89-AC/X/3

Assunto: O Tratado Reformador da união Europeia e a Região Autónoma dos Açores

De momento a informação que pretende não se encontra disponível

Nº 84-AC/X/3

Assunto: Projecto de grande interesse municipal e Ambiental em Lagos
De momento a informação que pretende não se encontra disponível



Sexta-Feira, dia 21 de Dezembro de 2007

Debate com o Governo
Debate com o Governo

Quinta-Feira, dia 20 de Dezembro de 2007

Debate Temático sobre a Europa e o conselho Europeu

Debate Temático sobre a Europa e o conselho Europeu

Discussão e análise do relatório de Acompanhamento do programa Legislativo e de Trabalho da Comissão Europeia para 2008

Quarta-Feira, dia 19 de Dezembro de 2007

Projecto de Lei nº135/X(PCP)

Projecto de Lei nº178/X(PEV)

Discussão de Petições
Declarações políticas

Projecto de Lei nº135/X(PCP)
Gestão das zonas terrestres ribeirinhas

Projecto de Lei nº178/X(PEV)
Investigação de Paternidade

Discussão de Petições:
Petição nº 363/X/2

Da iniciativa de António Nabais e outros
Pedido de integração do Mouchão da Póvoa na área territorial da Freguesia de Póvoa de Santa Iria

Petição nº373/X/2

Da iniciativa da Organização Portuguesa de Diagnóstico e Terapêutica Pró-Ordem
Requerem que a Assembleia da República promova os mecanismos consignados na Lei de forma a autorizar a criação da ordem dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Porto, para uma reunião a realizar no dia 1 de Fevereiro de 2008, na Sede Concelhia da JSD do Porto, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia do Porto da JSD.

Nota:

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

O acto eleitoral decorrerá entre as 18 horas e as 23 horas.

O Presidente da Mesa
(Filipe Araújo)

NÚCLEO DE CEDOFEITA / VITORIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo de Cedofeita / Vitoria, para reunir no dia 1 de Fevereiro de 2008, na Sede Concelhia da JSD do Porto, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18 horas e as 23 horas.

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD do Porto até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

O Presidente da Mesa
(Filipe Araújo)

PENACOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Secção de Penacova, para reunirem no dia 15 de Fevereiro de 2008, pelas 18 horas, no Edifício Penedo Raso, Cheira, 3360-184 Penacova, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário da Secção de Penacova.

Notas:

As Listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 18 horas às 21 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Ricardo Lopes)

ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Alcochete para o próximo dia 9 de Fevereiro, pelas 16h30, na Sede Concelhia de Alcochete do PSD, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da CPS

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 17 horas às 18 horas.

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Neuza Alves Salgueiro)